



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

PROJETO DE ATIVIDADES DO TEMPO COMUNIDADE 2024-2025

I. IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	
1.1 Instituição:	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
1.2. CNPJ:	09.341.233/0001-22
1.3. Endereço:	Rua Vinte e Um de Abril, 80, Dom Pedrito, RS, 96450-000
1.4. Contatos:	(53) 32437300
1.5. Curso:	Educação do Campo – Licenciatura
1.6. Nível:	Graduação
1.7. Modalidade:	Alternância
1.8. Carga Horária do Projeto de Tempo Comunidade:	15 horas de cada uma das componentes
1.9. Meta Física:	120 estudantes do curso realizando atividades de pesquisa, práticas de ensino, estágio pedagógico e extensão 23 acompanhamentos pedagógicos realizados por professores durante o TC. Esse número pode variar conforme as demandas. 8 comunidades envolvidas 10 escolas envolvidas 5 eventos realizados
1.10. Custeio previsto:	R\$ 120.000,00
1.11. Local de Realização:	Item IV do projeto
1.12. Início da Atividade:	05/08/2024
1.13. Término da Atividade:	28/02/2025
1.14. Vigência do Projeto	Agosto de 2024 à fevereiro de 2025
1.15. Coordenador do Projeto:	Nome: Rui Carlos Medeiros Alves Sobrinho CPF: 002137550009 Categoria: Professor de Ensino Superior Telefone: (53) 981349797 Email: ruisobrinho@unipampa.edu.br
1.16. Direção	Nádia Fátima dos Santos Bucco
1.17. Pró-Reitoria Responsável:	Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Assistência Estudantil Honória Gonçalves Ferreira
1.19. Reitor:	Edward Frederico Castro Pessano
1.20. Informações da Oferta	Ofertas de Atividade de Formação Acadêmica em Tempo Comunidade para 120 estudantes, no período de 2024-2025

## II. JUSTIFICATIVA

O curso de Educação do Campo - Licenciatura com ênfase em Ciências da Natureza visa contribuir para a formação de profissionais da Educação do Campo com conhecimentos necessários para a proposição de ações educativas a partir das dinâmicas socioeconômicas entre campo e cidade. Esta perspectiva de formação está ancorada numa concepção teórica que possui três fundamentos: a) prevalência de referências histórico-críticas em oposição a teorias positivista-funcionalistas; b) análise do processo histórico como elemento fundamental para a compreensão do contexto atual e para a construção da crítica ao desenvolvimento social, econômico e político; c) valorização da cultura, do capital social, dos laços sociais e a crítica ao processo de desenvolvimento neoliberal, ao estado mínimo e ao desenvolvimento com base nos pressupostos econômicos.

Para tanto, a ação educativa proposta pressupõe a construção do conhecimento como resultado interativo da mobilização de diferentes saberes, que não se esgotam nos espaços e tempos delimitados pela sala de aula convencional. Para esta concepção, o estudante é sujeito do processo educativo, sendo necessário o reconhecimento da sua realidade de modo a se valer de diferentes estilos de aprendizagem, individuais e coletivas.

Para dar conta deste desafio educativo, é demandado um “novo” educador, que seja capaz de compreender o processo educativo em sua dimensão ampla e complexa e que seja capaz de articular as suas diversas dimensões. Por isso, a proposição curricular do Projeto Pedagógico Curricular - PPC é a transversalidade do conhecimento manifestada pelo eixo articulador (e suas dimensões formativas) e o eixo orientador. Além disso, a abordagem histórico-crítica, do referencial pedagógico proposto, exige um(a) professor(a) que consiga atuar para além dos componentes curriculares, de modo a conseguir se articular com outros campos do conhecimento, no caso específico, com aqueles que versam sobre as transformações do campo, da natureza, das pessoas que vivem no campo, da escola do campo. Este desafio se configura, tanto para o desenvolvimento dos conteúdos em sala de aula, quanto na articulação destes conteúdos com a realidade do campo da Educação do Campo; ou seja, a atuação educativa não se restringe na articulação do conhecimento entre a teoria e a prática como ação pedagógica em sala de aula, mas na vivência da prática como objeto de questionamento e reflexão da teoria.

A região em torno da UNIPAMPA – Campus Dom Pedrito, apresenta grande potencial e vocação para o desenvolvimento rural, destacando-se, particularmente, as culturas de arroz, soja, e também de uvas, oliveiras e hortaliças. Considerada como uma região que apresenta solos com índices de fertilidade satisfatórios ao plantio de culturas anuais e perenes, a região do oeste da Campanha Gaúcha apresenta também grande destaque na produção de pequenos e grandes animais ruminantes e equinos, que têm sua alimentação baseada em sistemas pastoris. Deste modo, constata-se demanda de profissionais para

atuarem na Educação do Campo, com objetivo de produzir conhecimento favorável ao desenvolvimento rural de forma sustentável, preservando os recursos ambientais e a vida no campo.

Nesse sentido, o curso de Educação do Campo – Licenciatura da UNIPAMPA Dom Pedrito justifica-se pelas relevantes transformações sociais, culturais, tecnológicas e, principalmente, ambientais que ocorrem no âmbito da exploração agrícola da região da Campanha do Estado do Rio Grande do Sul. Esta nova realidade que se apresenta, exige educadores(as) dispostos a colaborar para a manutenção e ampliação das escolas do campo.

Cabe ainda destacar que, atualmente, a agricultura vem sendo realizada de forma intensa e exploratória, sendo que, muitas vezes, não acompanha uma percepção e reflexão sobre os meios utilizados nesse processo produtivo, o que confere grandes mudanças no cenário socioambiental da região. Sendo assim, o incentivo à formação de um profissional capacitado no âmbito da Educação do Campo, para atuar nas escolas do campo num contexto de sustentabilidade socioambiental, com ênfase na preservação do patrimônio natural e nas condições de vida da população do campo, e na produção de alimentos mais seguros e saudáveis, vem ao encontro de um modelo idealizado e requisitado pela sociedade.

No âmbito do histórico a preocupação com as questões do campo e a elaboração/aprovação e implementação do curso de Educação do Campo mostrou, sobretudo, o empenho para com a implementação de políticas afirmativas dentro da Universidade. Na esteira desse comprometimento de solidificar uma instituição, cada vez mais comprometida com o acesso e a permanência de um público, que teve negado, ao longo da história, o acesso à educação superior, foi que se estruturou a proposta apresentada ao Edital SECADI/MEC/SESU, ainda em dezembro de 2012, pleiteando a aprovação do referido curso. A localização deste curso de formação de educadoras(es) e professoras(es) na UNIPAMPA/Campus Dom Pedrito, visa a atender a demanda de formação/qualificação/atualização dos profissionais que atuam ou visam atuar na Educação do Campo, na região da Campanha Gaúcha e Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, amplamente marcada pela necessidade de fortalecimento das escolas do campo.

Diante disso, o Curso de Educação do Campo foi planejado de modo a atender as demandas inicialmente apontadas pelos municípios vizinhos ao Campus Dom Pedrito. A abrangência vem sendo ampliada conforme as necessidades da Educação do Campo.

Tais necessidades passam a ser possíveis de serem atendidas através do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo – PROCAMPO<sup>1</sup>, em vigência no Ministério da Educação a partir de 2006, sob responsabilidade da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), Secretaria de Educação Superior (SESU) e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com vistas a responder à demanda de reivindicações e articulações

---

<sup>1</sup> O Programa visa apoiar a implementação de cursos regulares de Licenciatura em Educação do Campo nas Instituições Públicas de Ensino Superior de todo o país, voltados especificamente para a formação de educadores/as para a docência, na segunda fase do ensino fundamental (quatro anos finais) e ensino médio, nas escolas do campo (BRASIL, 2002).

engendradas pelos movimentos sociais e sindicais do campo, que defendem como bandeira de luta uma educação que valorize e reconheça os sujeitos do campo.

Foi a partir do I ENERA – Encontro Nacional dos Educadores e Educadoras da Reforma Agrária, realizado no ano de 1997, que se consolidou uma Articulação Nacional comprometida em atuar no âmbito das políticas públicas para a Educação do Campo, no Brasil. Desta trajetória, culminaram alguns documentos importantes, dentre os quais as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica no Campo (2002), centrada na concepção de que:

A Educação do Campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo neste sentido, mais do que um perímetro não urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições de existência social e com as realizações da sociedade humana. Portanto, investir na qualidade da educação nacional significa dar continuidade às políticas educacionais que promovem a capacitação dos professores e inovem a gestão escolar e as práticas pedagógicas nos diferentes espaços educativos (BRASIL, 2002, p.08).

Em 2004, foi realizada a II Conferência Nacional por Uma Educação do Campo. A partir desta conferência foi constituída, no âmbito do Ministério da Educação, a Coordenação Geral da Educação do Campo (CGEC) (MOLINA, 2006), vinculada à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). No ano seguinte, a CGEC e o PRONERA realizaram o I Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo, que teve como principal objetivo organizar a produção de conhecimento para estabelecer uma agenda comum de pesquisa na área da educação. Nesse evento foi criado o Fórum Virtual de Pesquisa em Educação do Campo.

Como parte do esforço para a consolidação dessa área, foi criado, em 2007, o Observatório de Educação do Campo, que tem por propósito pesquisar os programas e as políticas públicas desenvolvidas pelas universidades públicas e direcionadas aos grupos sociais rurais. O objetivo é consolidar a pesquisa em Educação do Campo, a partir dos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e dos programas de pós-graduação proponentes, e, assim, contribuir para a formulação de políticas públicas voltadas para a promoção do desenvolvimento sustentável do campo.

Outros eventos como o II Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo, concomitante ao II Seminário sobre Educação Superior e as Políticas para o Desenvolvimento do Campo Brasileiro em Brasília, sinalizam que as discussões acerca da Educação do Campo se encontravam em um momento promissor, distinto do panorama apresentado por Damasceno e Beserra (2004), que expunham evidências da falta de interesse, tanto acadêmico quanto de políticas públicas, acerca da educação no meio rural brasileiro.

Diante das discussões apresentadas, é preciso ressaltar que, no Rio Grande do Sul, a preocupação com a formação de professores para atuar em escolas do campo foi desenvolvida, inicialmente, pela Universidade Federal de Pelotas – UFPel que ofertou, a partir de 2009, o curso na modalidade educação à

distância — curso que se encontra atualmente encerrado. Atualmente, no Rio Grande do Sul, além da UNIPAMPA - Campus Dom Pedrito, a Universidade Federal da Fronteira Sul -UFFS, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, a Universidade Federal do Rio Grande FURG e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - Campus Jaguari, oferecem o Curso de Educação do Campo.

No caso de Dom Pedrito, que fica na região da Campanha, busca-se especialmente atender uma demanda reprimida de formação de professores, ainda mais quando se pensa na especificidade do campo e na formação para atuar no Ensino de Ciências anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. O curso nesta localidade tem sido uma oportunidade, não só para os professores desse município, mas também uma oportunidade de envolver interessados das dez cidades/campi que constituem a UNIPAMPA, bem como os demais municípios vizinhos brasileiros, argentinos e uruguaios, caracterizando-se como um curso pioneiro nesta modalidade na região da campanha gaúcha.

Assim, da trajetória de constituição da Educação do Campo no Brasil, visando superar a ideia de uma educação rural marginalizada, que não contribuía para que a escola ampliar os conhecimentos necessários para viver e trabalhar no campo, implementou-se a Educação do Campo, cuja primeira turma ingressou na UNIPAMPA no ano de 2014.

Frente ao exposto, o curso de Educação do Campo está pautado na alternância com espaço-tempo definido por períodos de atividades na Universidade e na Comunidade. Nos meses de janeiro e fevereiro ocorre o Tempo Universidade e entre março a maio o Tempo Comunidade, esse período é chamado de semestre verão. No mês de julho se tem um novo Tempo Universidade e entre agosto a novembro o Tempo Comunidade, chamado de semestre inverno.

A organização do espaço-tempo é planejada a partir do semestre verão com a definição das professoras e professores que irão acompanhar as atividades de Tempo Comunidade nas regionalizações, sendo que o curso conta com 15 docentes, efetivamente, em atividade. Para tanto, o Tempo Comunidade prevê atividades de vivência a partir das demandas das comunidades, as quais ocorrem a partir de espaços escolares e não escolares.

No âmbito do presente projeto, busca-se efetivar demandas coletivas do curso de Educação do Campo – Licenciatura, as quais versam a partir da necessidade das regionalizações que o curso atende.

Ressalta-se que são ao menos 8 regionalizações e com diferentes comunidades, todas no Rio Grande do Sul, conforme segue: Dom Pedrito, Bagé, Piratini, Canguçu, Santana do Livramento (Santa Margarida do Sul), Arroio Grande, Viamão e Guarita (Tenente Portela, Redentora e São Pedro das Missões).

### **III. OBJETIVOS:**

Para garantir que os tempos alternados estejam de fato vinculados à produção material de existência de povos e comunidades do interior, é que organizamos, para o Tempo Comunidade, um

trabalho interdisciplinar e multisseriado. O registro do plano de estudos e das atividades desenvolvidas no TC, assim como do TU, é feito no Caderno de Alternância (um dos instrumentos de avaliação do curso). Dessa forma, a organização do trabalho pedagógico do Curso de Educação do Campo, no TC, visa enquanto objetivo geral “valorizar a sociodiversidade dos territórios de ação direta nos períodos de Tempo Comunidade”.

- i) Desenvolver atividades interdisciplinares e multisseriadas por regionalização dos discentes;
- ii) Estimular a inter-regionalização para o desenvolvimento do trabalho cooperativo em grupo;
- iii) Conhecer e experienciar espaços escolares e não escolares das comunidades;
- iv) Fortalecer e estimular o pertencimento nos territórios e as suas identidades culturais;
- v) Estimular práticas de preservação ambiental, recuperação de recursos hídricos, de cultivo sustentável e alimentação saudável;
- vi) Desenvolver técnicas de cultivo de alimentos para manutenção e renda das famílias em seus territórios.

#### IV. BENEFICIÁRIOS

As/os beneficiárias/os envolvidas/os no Tempo Comunidade estão assim organizadas:

- 120 discentes distribuídos em 8 regionalizações;
- 15 docentes que desenvolvem as atividades nas regionalizações;
- das 8 regionalizações, temos em média 12 comunidades entre espaços escolares e não escolares, conforme imagem 01.

Imagem 01 - Regionalizações

Regionalizações da Educação do Campo  
Municípios de origem dos e das estudantes



## **V. DESENVOLVIMENTO**

### **a. Eixos Temáticos do Tempo Comunidade**

O curso de Educação do Campo se organiza a partir de 4 eixos formativos, Docência, Política, Gestão e Pesquisa, os quais são pautados ao longo dos oito semestres do curso.

Para tanto, cada semestre possui um eixo temático, os quais constituem a teia interdisciplinar dos conhecimentos que balizam a Educação do Campo e a ênfase de formação em Ciências da Natureza, conforme segue: i) Identidades e Processos Identitários; ii) Contexto Socioeconômico, Sociopolítico e Socioeducacional; iii) Território e Territorialidade; iv) O trabalho como princípio educativo; v) A escola como espaço emancipatório; vi) Gestão de Práticas Sustentáveis no/do Campo; vii) Inclusão, acessibilidade e tecnologias; viii) Diversidade de saberes e cuidado com a saúde.

Os eixos temáticos são abordados nas comunidades das regionalizações, sendo que as classes são multisseriadas, ou seja, se tem mais de um eixo sendo trabalhado ao longo do Tempo Comunidade. Ressalta-se que a comunidade é definida pelo coletivo de discentes e docentes durante o Tempo Universidade, pois as regionalizações são constituídas por comunidades diversas.

Desse modo, para organização das atividades do Tempo Comunidade se utiliza do primeiro encontro junto a comunidade a fim de construir coletivamente as demandas e ações que serão desenvolvidas.

### **b. Atividades de Tempo Comunidade**

Tendo em vista que o Tempo Comunidade inova também no lócus de ação do docente, que se desloca e passa a conhecer os territórios de origem dos estudantes, implicando a estrutura universitária nas atividades de ensino de forma mais comprometida com o desenvolvimento regional. As ações de ensino inovam, de forma explícita, iniciativas de pesquisa e de extensão, favorecendo a indissociabilidade pretendida pela instituição.

Para tanto, as atividades têm como pressuposto o ensino, mas não desvinculado da pesquisa e extensão, visto que as atividades são organizadas conforme as demandas das comunidades, mas articuladas aos eixos temáticos dos semestres.

As atividades estão separadas por regionalização, conforme as demandas de cada uma delas, para além disso, devido ao episódio dos eventos climáticos, que assolaram parte do Estado do Rio Grande do Sul nos meses maio e junho de 2024, não foi possível a realização de todos os encontros de inter-regionalização previstos no projeto anterior, sendo assim, esta proposta prevê a realização de ao menos um encontro. O quadro 1 traz a sistematização da organização/planejamento nas regionalizações.

**Quadro 1:** Subprojetos por regionalização, introdução, metodologia e objetivos.

Item	Regionalização	Nome do projeto	Introdução, Metodologia e Objetivos
1	Coordenação	Inter-regionalização Guarita	Promover a socialização das culturas indígenas Kaingang e Guarani, bem como apresentar o território aos demais acadêmicos do curso, que são pertencentes a outras regionalidades
2	Arroio Grande	História de pescadoras/es	<p>Objetiva a produção de um documentário sobre o modo de vida dos pescadores e pescadoras da Colônia Z 24, da COOPESI- Cooperativa de Pescadores de Santa Isabel, no município de Arroio Grande, RS. Para tanto, serão documentados seus petrechos de pesca, a vida do pescador e da pescadora, suas lutas e conquistas, as espécies pescadas, a comercialização, tipo de alimentação, moradias, os ecossistemas da Lagoa Mirim e seus impactos na pesca. O roteiro será elaborado pelos estudantes com a orientação das professoras responsáveis pela regionalização.</p> <p>Estão envolvidos dois estudantes que farão as imagens e as conversas com os pescadores e pescadoras. Estes serão acompanhados por uma docente e uma intérprete em Libras, uma vez que um dos estudantes é surdo.</p> <p>Estão previstas 3 viagens de acompanhamento, produção e edição do documentário com cerca de 15 minutos.</p>
3	Guarita e São Miguel da Missões	Semeando Água e Videiras na TI Guarita	<p>A regionalização na TI Guarita tem buscado desenvolver projetos e atividades que fortaleçam a cultura dos povos que lá vivem, o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, sendo assim, alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, com destaque aos objetivos (2) fome zero e agricultura sustentável e (6) água potável, segura e gestão de recursos hídricos, dentre outros. O reflorestamento das nascentes na TI Guarita, tem por objetivo a preservação do território, bem como, da cultura da produção do artesanato, visto que o plantio de árvores nativas faz com que a matéria prima para produção destes artefatos volte a ser abundante. Ainda em relação à permanência no território, o plantio de videiras, para a produção de uvas de mesa e sucos, possibilita, para além do consumo, ser uma fonte de renda, pois possibilita o fornecimento a escolas indígenas presentes na TI Guarita, através da cooperativa já existente. Em 2009, a Lei nº 11.947 estabeleceu, em seu artigo 14, que no mínimo 30% dos repasses do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) devem ser investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar, destaca-se para o artigo 2, desta mesma Lei, que diz: “o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, <b>produzidos em âmbito local</b> e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, <b>priorizando as comunidades tradicionais indígenas</b> e de remanescentes de quilombos.”</p>
4	Santana do Livramento / Santa Margarida do Sul	Diálogos formativos em Escolas do/no campo	<p>A regionalização de Santana do Livramento vem desenvolvendo atividades formativas com/em escolas do/no campo. Inicialmente fez-se um levantamento das demandas de diferentes escolas, pois houve uma divisão entre os</p>

			<p>acadêmicos e as escolas. Considerando os contextos em quais as escolas estão, propostas formativas vão sendo desenvolvidas.</p> <p>Neste sentido, visitas dos acadêmicos nas escolas e dos professores universitários para os diálogos e organização/planejamento são fundamentais.</p> <p>O desenvolvimento de ações são/devem estar na rotina das escolas e assim, teremos alguns encaminhamentos para o semestre inverno 2024:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- revitalização do laboratório de ciências da escola (Santa Margarida do Sul);</li> <li>- inserção de placas informativas nas estradas que indicam os nomes dos corredores e assentamentos (descrição do território)</li> <li>- desenvolvimento da horta escolar;</li> <li>- participação em atividades de reforço escolar, com ênfase em ciências da natureza</li> <li>- auxílio na identificação e encaminhamentos para a escola ser reconhecida como Escola Quilombola;</li> </ul>
5	Piratini	Projeto - sementes crioulas e plantas medicinais	<p>A regionalização de Piratini-RS tem trabalhado a partir das demandas da Escola Estadual de Ensino Médio Deputado Adão Preto, a qual fica no Quinto Distrito.</p> <p>Dentre as demandas, a gestão da escola solicitou se os discentes do curso de Educação do Campo - Licenciatura poderiam contribuir com a organização do evento sobre as sementes crioulas, o qual surge em 2017 a partir do entendimento de um grupo da escola e da própria comunidade de se resgatar as sementes crioulas, que vem se perdendo a cada ano.</p> <p>O objetivo geral do projeto da escola é: permitir a construção de novos conhecimentos sobre sementes crioulas, tendo como pilares o uso consciente e a democratização do acesso à terra com garantia de sua função social, a apropriação coletiva dos recursos naturais e um projeto popular e soberano de agricultura, com propriedade à produção de alimentos saudáveis.</p> <p>Desse modo, desde 2023, os discentes da regionalização de Piratini-RS vem participando ativamente da organização e desenvolvimento do evento, além de realizar oficinas sobre as sementes crioulas, organizar um catálogo de sementes (com fotos e informações sobre as sementes disponíveis) e sistematizar ações da escola e do evento em atividades acadêmicas, ações e materiais de divulgação e no Instagram.</p> <p>Assim, em 2023 professores e discentes do curso de Licenciatura em Educação do Campo foram parceiros da escola Adão Preto na organização e realização V Encontro das Sementes Crioulas de Piratini, o qual foi realizado no mês de outubro.</p> <p>No ano de 2024 a demanda é para que seja organizado e realizado o VI Encontro das Sementes Crioulas de Piratini. Também nesse ano, foi acrescentado ao projeto abordagens sobre as plantas medicinais, tema de dois trabalhos de conclusão de curso de discentes da regionalização e também por ser um tema afim ao tema das sementes e por ser um conteúdo que articula os saberes camponeses ao saberes científicos.</p>
6	Viamão	Ancestralidade e Sociabilidade Mbyá Guarani: cotidiano e práticas	<p>A proposta visa captar e tratar registros audiovisuais da rotina de trabalhos, convívio e valores compartilhados e individualizados das mulheres da aldeia mbya guarani</p>

		femininas de conhecimento na Aldeia Pindó Mirim através da produção participativa de material audiovisual	<p>Tekoa Pindó Mirim, da regionalidade de Viamão. Tendo como personagem principal a estudante da Licenciatura em Educação do Campo Adriana Kerexu, referência a partir da qual serão construídas as demais narrativas.</p> <p>O projeto tem também a intenção de envolver a estudante, assim como outras pessoas na comunidade, no processo criativo de concepção e elaboração da narrativa audiovisual. A intenção é realizar as etapas necessárias na produção do vídeo de forma participativa, promovendo autonomia individual e coletiva na formulação crítica de instrumentos de comunicação e educação.</p> <p>Temáticas possíveis de serem exploradas pelo roteiro: alimentação e artesanato tradicional guarani, divisão sexual do trabalho, natureza, ciclicidade, espiritualidade, maternidade, infância e juventude em contexto indígena.</p>
7	Bagé	Alimentação Saudável no contexto interdisciplinar	<p>A regionalização de Bagé-RS tem trabalhado a partir das demandas da Escola Municipal Professor Miranda. Dentre as demandas, a gestão da escola solicitou à discente do curso Educação do Campo- Licenciatura contribuir com o tema da alimentação saudável na escola. Desta forma, tanto a professora de ciências dos anos finais e a professora de matemática irão participar junto com os discentes do 6º ao 9º ano.</p> <p>O objetivo geral do projeto da escola é: organizar junto com os estudantes e professores uma cartilha com receitas de alimentos saudáveis e estas serão desenvolvidas na cozinha/refeitório. O projeto visa trabalhar os conhecimentos de alimentos saudáveis, visto que os alunos muitas vezes trazem nas merendas alimentos processados. Assim dentro do projeto, será abordado o que é uma alimentação saudável, elaboração de um cardápio para a merenda escolar, e com isso serão desenvolvidos nas aulas de ciências e nas aulas de matemática a partir de gráficos e algoritmos.</p>
8	Canguçu	Cartografia da agricultura familiar de Canguçu, a partir da Feira de Sementes e Tecnologias Populares	<p>Esta proposição de estudos em alternância, visa problematizar a diversidade da composição e a multiplicidade de espaços de produção agroecológica, dinamizados por economias de cadeias curtas. O Tempo Comunidade na regionalização de Canguçu-RS vem sendo desenvolvido, há três semestres, no sentido de mapear a diversidade do campo deste território, conhecido como o município que abriga o maior número de minifúndios, no Brasil. Para tanto, foram retomadas vivências realizadas desde o ano de 2019, tendo como referência a Feira de Sementes Crioulas e Tecnologias Populares. Até o presente momento foram mapeadas sete propriedades e uma rede de produtoras e produtores que atuam no turismo rural e que buscam autossuficiência de suas famílias e parceiros, por meio do fortalecimento da agricultura familiar, da economia de cadeias curtas, da cooperação e da expansão de nichos econômicos para a chamada “pequena</p>

			<p>propriedade”. Nesse trabalho, estreitou-se relações também com a Embrapa Clima Temperado e com o IFSul, que nos conduziu para espaços de produção de bioinsumos e alternativas para a produção agroecológica que culminaram na proposição para o semestre 2024 inverno, qual seja: ampliar as vivências junto às experiências de produção de bioinsumos e às dinâmicas de assistência técnica nas propriedades rurais. Assim, as vivências de Tempo Comunidade irão contemplar a cartografia destes espaços e a sistematização das dinâmicas da rede de produtores, demarcando no mapa dos distritos de Canguçu as propriedades visitadas e as conexões entre essas famílias. A partir disso, quer-se organizar um mapa interativo que possa ser periodicamente atualizado em colaboração com escolas do campo, especialmente a Escola Família Agrícola de Canguçu. Destaque-se que o território é composto por cerca de 14 mil propriedades rurais, com as mais diversas experiências de agricultura familiar. E é esta diversidade que nos interessa conhecer e problematizar de forma colaborativa com estudantes da regionalização, com as escolas do campo e com produtoras e produtores que nos recebem e se dispõem a construir esse material conosco.</p>
9	Dom Pedrito	Estudo da Cadeia Produtiva da Lã	<p>A cadeia da lã tem uma contribuição significativa para a pecuária familiar do município de Dom Pedrito. A produção ovina teve um importante papel econômico, tanto pela produção de carne quanto de lã. O trabalho com lã, bem como couro, mantém um forte vínculo cultural entre produtores de ovelhas, artesãs/ãos e comerciantes.</p> <p>Entretanto essa produção entrou em curva decrescente nos últimos seja pela entrada da lã sintética, seja pelo crescimento exponencial da monocultura da soja que vem destruindo outras cadeias econômicas e culturais, colocando em risco os saberes ligados às cadeias produtivas e de relações sociais ameaçadas pelo desaparecimento e “esquecimento” das artes do fazer, entre elas o trabalho artesanal com lã.</p> <p>Desta forma, é imperativo que o/a educador/a do campo, trabalhe pela recuperação e preservação destes conhecimentos, ademais a lã, pode ser um importante fio de tecitura dos conhecimentos esperados na área da ciência da natureza, de forma a possibilitar a compreensão e explicação de fenômenos químicos, físicos e biológicos que compreendem o processo de produção da ovelha, da lã em relação direta com as dimensões econômicas, culturais e sociais.</p> <p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- conhecer a cadeia produtiva da lã;</li> <li>- estudar a cadeia produtiva da lã em seus diversos aspectos: cultural, social, econômico, ambiental, científico;</li> <li>- compreender os conhecimentos que se interconectam na cadeia produtiva da lã;</li> <li>- analisar os impactos sociais, econômicos, culturais e</li> </ul>

			ambientais com as mudanças na cadeia produtiva da lã em Dom Pedrito; - organizar o dia de vivências nos processos produtivos da lã.
--	--	--	--

### c. Metodologia

A metodologia está organizada com base nas regionalizações que o curso atende, conforme Quadro 1, sub item 5.2.

## VI. CRONOGRAMA

Atividade/período	0	0	1	1	1	0	0	0	
	8	9	0	1	2	1	2	3	
	/	/	/	/	/	/	/	/	
	2	2	2	2	2	2	2	2	
	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2	2	2	2	2	2	2	2	
	4	4	4	4	4	5	5	5	
	Semestre inverno/2024				F é r i a s	Semestre verão/2025			
Inter-regionalização Guarita			X			T e m p o u n i v e r s i d a d e			
História de pescadoras/es	X	X	X	X			X	X	
Semeando Água e Videiras na TI Guarita	X	X	X	X			X	X	
Diálogos formativos em Escolas do/no campo	X	X	X	X			X	X	
Projeto - sementes crioulas e plantas medicinais	X	X	X	X			X	X	
Ancestralidade e Sociabilidade Mbyá Guarani: cotidiano e práticas femininas de conhecimento na Aldeia Pindó Mirim através da produção participativa de material audiovisual	X	X	X	X			X	X	
Alimentação Saudável no contexto interdisciplinar	X	X	X	X			X	X	
Canguçu	X	X	X	X			X	X	
Dom Pedrito	X	X	X	X			X	X	
Relatório final							X	X	

## VII. ORÇAMENTO

### FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

- ( ) Direta, por meio da utilização capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.
- ( ) Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.
- (x) Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativo ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994

### Planejamento de gastos para o Tempo Comunidade

#### 1. Valor previsto em diárias para professores e colaboradores nos encontros de Tempo Comunidade:

Valor por estudante (12 meses)	R\$ 2.000,00
Nº de estudantes matriculado no mês de junho de 2024	120
Valor total previsto a receber (6 meses)	R\$ 120.000,00
Valor total previsto a pagar	R\$ 120.000,00
Saldo	R\$ 0,00

## 2. Valor previsto em diárias para servidores e colaboradores nos encontros de Tempo Comunidade:

			Valor da diária	R\$ 335,00
Item 5 - Quadro 1	Diárias por viagem	Docentes	Encontros	Valor em diárias
Inter-regionalização Guarita	3	6	1	R\$ 6.030,00
Arroio Grande	2	2	3	R\$ 4.020,00
Guarita e São Miguel da Missões	3	3	3	R\$ 9.045,00
Santana do Livramento e Santa Margarida do Sul	1	2	8	R\$ 5.360,00
Piratini	1	2	4	R\$ 2680,00
Viamão	2	2	2	R\$ 2.680,00
Canguçu	4	2	1	R\$ 2680,00
			Subtotal	R\$ 32.495,00

## 3. Valor previsto em apoio aos estudantes no Tempo Comunidade

			Valor da diária	R\$ 120,00
Item 5 - Quadro 1	Diárias por viagem	Alunos(as)	Encontros	Valor em diárias
Inter-regionalização Guarita	3	40	1	R\$ 14.400,00
			Subtotal	R\$ 14.400,00

## 4. Combustível para os carros oficiais

			Valor por km	R\$ 0,60
Item 5 - Quadro 1	Km	Valor por viagem	Encontros	Gasto em combustível
Arroio Grande	285	R\$ 342,00	3	R\$ 1.026,00
Guarita e São Miguel da Missões	589	R\$ 706,80	3	R\$ 2.120,40
Santana do Livramento e Santa Margarida do Sul	92	R\$ 110,40	8	R\$ 883,20
Piratini	203	R\$ 243,60	4	R\$ 974,40
Viamão	476	R\$ 571,20	2	R\$ 1.142,40
Canguçu	270	R\$ 324,00	1	R\$ 324,00
			Subtotal	R\$ 6.470,40

## 5. Valor previsto com o fretamento de ônibus para o encontro de INTER-REGIONALIZAÇÃO

Item 5 - Quadro 1	Valor unitário	Encontros	Total
Inter-regionalização Guarita	R\$ 15.000,00	1	R\$ 15.000,00
Piratini - Pelotas	R\$ 2.500,00	1	R\$ 2.500,00
		Subtotal	R\$ 17.500,00

### 6. Valor de administração da Fundação

Fundação	9%	R\$ 10.800,00
	Subtotal	R\$ 10.800,00

### 7. Serviço de terceiros - Pessoa física (Portaria nº 448, de 13 de setembro de 2002.)

Direitos autorais; serviços de comunicação em geral; serviço de áudio, vídeo e foto; entre outros.		R\$ 5.000,00
	Subtotal	R\$ 5.000,00

### 8. Serviço de terceiros - Pessoa jurídica (Portaria nº 448, de 13 de setembro de 2002.)

Serviços de áudio, vídeo e foto; Impressão de material de divulgação.		R\$ 10.000,00
	Subtotal	R\$ 10.000,00

### 9. Material de consumo (Portaria nº 448, de 13 de setembro de 2002.)

Material de expediente; Gêneros de alimentação; Uniformes, tecidos e aviamentos; Sementes, mudas de plantas e insumos; Material bibliográfico não imobilizável; entre outros.		R\$ 23.334,60
	Subtotal	R\$ 23.334,60

### Plano de Aplicação Consolidado - PAD

Código da natureza da despesa	Custo indireto	Valor previsto
33.90.39	(Sim)	R\$ 10.800,00
33.90.39	(Não)	R\$ 109.200,00

Cabe ressaltar que o valor total do custeio é de R\$223.998,10, sendo que deste valor serão descontados 9% para a Fundação.

A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

Sim

Não

O pagamento será destinado aos seguintes custos indiretos, até o limite de 9% do valor global pactuado, conforme art. 2, VI do Decreto 10426/2020:

- Fundação DE APOIO - FUNDAÇÃO DELFIM MENDES SILVEIRA – FDMS Valor R\$ 10.800,00.

### VIII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Parecer CNE/CEB** n.1, de 3 de abril de 2002- Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=1380\\_317\\_0-rceb001-02-pdf&category\\_slug=agosto-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1380_317_0-rceb001-02-pdf&category_slug=agosto-2013-pdf&Itemid=30192).

MOLINA, M. C. (Org.). **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.